

1

## Ata de Reunião

2

Aos vinte oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e vinte minutos, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e convidados se reuniram para 2ª Assembleia Geral Extraordinária de 2018, no auditório da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba (Amvap), situada na avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, em Uberlândia/MG, para discutir os seguintes pontos da pauta, que foram encaminhados anteriormente a todos os membros:

3

4

5

6

7

8

**Item 01 - Abertura da sessão e verificação de presença e quórum; Item 02 – Discussão e aprovação da ata da 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2018 (13.04.2018); Item**

9

10

**03 – Comunicado dos Conselheiros; Item 04 - Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia; Item 05 – Aprovação da Moção nº 01 / 2018, ad**

11

12

**referendum (Apoio ao pleito do CBH Paranaíba em que solicita a Agência Nacional de Águas, o repasse de 7,5%); Item 06 – Aprovação para abertura de novo Edital de**

13

14

**Demanda Espontânea; Item 07 - Aprovação do orçamento da ABHA Gestão de Águas para 2018; Item 08 – Apresentação das Ações da ABHA Gestão de Águas; Item 09 -**

15

16

**Outros assuntos. Membros presentes: Cyntia Goulart Corrêa, Bruno Neto Ávila, Allan de**

17

18

Oliveira Mota, Alberto José de Almeida, Ademar Franco Guimarães, Graciene Maria

19

20

Oliveira, Thiago Alves do Nascimento, Luiz Gustavo Moras de Macedo, Juliano Pereira

21

22

Resende, Paulo Alves Cardoso, Geraldo Magela Mendes, Ivone Aparecida Borges, Luiz

23

24

Humberto de Freitas Souza, Mariane Rosa Moura, Maria Martins Pedrosa, Maurício

25

26

Marques Scalon, Joaquim Menezes Ribeiro da Silva, Antonio Geraldo Oliveira, Amanda

27

28

Ferreira, Claudio Júnio Leocádio, Gustavo Bernadino Malacco da Silva, Sylvio Luiz

29

Andreozzi e João Eduardo Della Torres Ferreira. Convidados: Marcos Magno da Gama (4

Ambiental) e Rafael Visibelli Justino (FAU), Letícia Alves (FAU), Mariana Padovani (FAU),

Isabel Evaristo (ABHA), Camila Kalil (ABHA), Sergio Leal (ABHA), Márcia Burjack da Costa

(ABHA). No **item 01** da pauta, após a verificação do quórum, o Presidente do Comitê da

Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CBH Araguari), Thiago Alves do Nascimento, inicia a

reunião agradecendo a presença de todos. No **item 02**, o presidente coloca em discussão



30 a ata da **1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2018** e salienta que houve contribuições  
31 do conselheiro representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Allan Mota.  
32 Alves questiona se há mais alguma contribuição e coloca a ata em votação, sendo então  
33 aprovada por unanimidade. No **item 03**, o representante do CBH - Fórum Nacional da  
34 Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas (FONASC), Maurício Scalon, informa a  
35 plenária que no dia 29.05.2018 foi realizada em Goiânia-GO, a 1ª Reunião da Comissão de  
36 Julgamento para Seleção da Entidade Delegatária, que o relatório será disponibilizado à  
37 Secretaria Executiva para ser encaminhado aos membros do CBH Araguari e coloca  
38 também que no dia 04.07.2018 acontecerá a Sabatina. Completa ainda deixando aberto  
39 aos membros que, caso haja algum questionamento, seja ele encaminhado por *e-mail*. O  
40 presidente comunica aos conselheiros que em parceria com o Estado de Minas Gerais a  
41 Federação das Indústrias, lançaram a Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria  
42 (FAPI), que visa realizar a fiscalização ambiental em alguns segmentos dentro da Indústria,  
43 Alves se dispõe em encaminhar mais informações sobre o programa caso alguém queira.  
44 No **item 04**, o presidente passa a palavra para o secretário do CBH Araguari, Luiz Humberto  
45 Souza, representante do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (Dmae),  
46 para fazer a leitura do expediente e das comunicações do dia. No **item 05**, o presidente,  
47 Thiago Nascimento, expõe que, em apoio ao pleito do CBH Paranaíba, foi encaminhada  
48 uma moção à Agência Nacional de Águas (ANA) e ressalta que a moção foi *ad referendum*  
49 devido ao tempo para envio. Contextualiza ainda que o repasse referente a compensação  
50 financeira na utilização de recursos hídricos, que é diretamente ligado a hidroenergia no  
51 estado, na bacia do Rio Paranaíba está hoje na casa dos R\$12.000.000,00 e que existe um  
52 decreto equiparando a compensação com o recurso de cobrança, mas que atualmente a  
53 ANA não efetua o repasse de 7,5%, referente ao custeio administrativo da Cobrança pelo  
54 Uso dos Recursos Hídricos arrecadados, por meio dos 0,75% referentes à Compensação  
55 Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CMPFRH). E conclui ressaltando que a  
56 moção em *ad referendum*, foi feita em favor deste pleito. Alves coloca a moção em votação,  
57 sendo aprovada por unanimidade. No **item 06**, o presidente salienta que o item em  
58 discussão foi uma demanda encaminhada pelo Coordenador da Câmara Técnica de



59 Planejamento e Controle, representante da Universidade Federal de Uberlândia, Sylvio  
60 Andreozzi, e expõe para a plenária que o primeiro edital elaborado e publicado recebeu a  
61 inscrição de cinco projetos, mas que nenhum foi habilitado. Alves passa a palavra para que  
62 a Analista Ambiental da ABHA Gestão de Águas, Márcia Burjack realize a apresentação e  
63 contextualize o histórico do Edital 001/2018 e afirma que para atender o recurso previsto  
64 no Plano Plurianual deverá ser aberto um novo edital. Andreozzi expõe que já era  
65 esperada a baixa apresentação de projetos devido ao fato do proponente não ser o  
66 executor. Ressalta ainda que um outro desdobramento das análises do primeiro edital  
67 liberado é a possibilidade de um edital voltado para pesquisa, proporcionando a Instituição  
68 de Ensino e Pesquisa propor e executar o projeto e disponibilizar os objetos e produtos  
69 alcançados ao Comitê para que ele o torne público. Alves explica que a Diretoria já realizou  
70 duas reuniões para análise da abertura do edital de pesquisa, porém juridicamente não  
71 tiveram segurança para tomar uma decisão. O representante da Associação Brasileira de  
72 Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), João Eduardo Della Torres, ressalta a  
73 necessidade de capacitação, e sugere que seja feito uma pré - análise para orientação  
74 antes da apresentação final do projeto. O representante da Associação para a Gestão  
75 Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ), Gustavo Malacco, sugere a realização de  
76 uma oficina para capacitação, expõe também que o edital voltado para pesquisa seria  
77 viável, mas que não se pode abri-lo somente para a Universidade e que essa questão  
78 precisa ser analisada, ressalta ainda que as Organizações Não Governamentais (ONGs)  
79 não possuem fins lucrativos. Mota expõe que no FHIDRO a realidade é muito parecida:  
80 editais são abertos, mas os projetos não são habilitados por falta de documentação, e  
81 ressalta que se pode observar a falta de área técnica ou qualificada para a elaboração  
82 desses projetos e reforça a sugestão da oficina. O representante da Prefeitura Municipal  
83 de Araguari, Bruno Gonçalves, reforça dizendo que participou da oficina realizada pelo  
84 FHIDRO e que foi de grande aproveitamento para elaboração de projetos. O representante  
85 da Prefeitura Municipal de Indianópolis, Reginaldo José de Oliveira, salienta que um dos  
86 motivos da falta de interesse das prefeituras é a burocracia que envolve todo processo para  
87 a habilitação de um projeto, e a falta de corpo técnico no quadro de colaboradores das



88 prefeituras. O Diretor Presidente da ABHA Gestão de Águas, Sergio Leal, expõe que na  
89 visão da Agência, falta capacitação, os editais poderiam ter uma etapa de pré-análise que  
90 não seja eliminatória, em que os proponentes possam melhorar seus projetos e contem  
91 com orientações que evitem a desclassificação por questões simples, o que pode aumentar  
92 o número de projetos aprovados, Leal explica também que estão sendo feitas análises  
93 jurídicas, com referência na Lei nº 13.019/2014, um marco da Sociedade Civil, que se refere  
94 ao fato da administração pública propor e executar projetos, o que expõe uma  
95 incompatibilidade jurídica no edital de pesquisa. Leal completa que esta situação pode ser  
96 resolvida com uma análise jurídica do Igam, mas que primeiro a questão precisa estar bem  
97 fundamentada para ser levada ao Órgão Gestor. Malacco (ANGÁ) fala sobre buscar  
98 caminhos que contemplem todos os segmentos e cita exemplos como: Agência Executora  
99 e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). O coordenador da CTPlan, ressalta  
100 que a intenção da CTPlan não é restringir o edital e direcioná-lo a um só segmento e sim  
101 atender a todos os segmentos que queiram propor e executar o projeto. O Presidente  
102 afirma que a abertura do edital de pesquisa está em fase de análise do jurídico e será  
103 trabalhado na Diretoria. Alves expõe que, se aprovado pela plenária, será aberto um novo  
104 Edital de Demanda Espontânea e completa dizendo que a Câmara Técnica juntamente com  
105 o suporte técnico da ABHA, reformulou o primeiro edital de acordo as oportunidades de  
106 melhoria levantadas durante o processo do primeiro edital. Alves coloca para a aprovação  
107 da plenária a publicação do segundo edital, sendo aprovado por unanimidade. No **item 07**,  
108 O Diretor Presidente da ABHA Gestão de Águas, explica que no atual Contrato de Gestão  
109 assinado pela ABHA, existe uma cláusula obrigatória que se refere a aprovar, todo ano, o  
110 orçamento da Entidade Equiparada com relação ao 7,5%. Leal coloca que será  
111 apresentado, de forma macro, os valores decorrentes aos gastos previstos e explica que  
112 não apresentará os valores exatos pois caso haja a necessidade de mudança, o processo  
113 deverá voltar a plenária para aprovação e reportar as alterações ao Órgão Gestor, e  
114 ressalta que com os valores macro consegue flexibilidade para alterações que podem  
115 acontecer. Leal completa que a intenção é que tenha sempre um saldo positivo de  
116 R\$50.000,00 caso haja alguma emergência. A representante do Centro Operacional de



117 Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba (CODAU), Ivone Aparecida Borges, ressalta  
118 que, para aprovação da plenária a ABHA deveria apresentar os valores exatos, Malacco  
119 reforça que não há problemas apresentar uma memória de cálculos para a plenária, e  
120 expõe sobre utilização dos recursos provindos de rendimentos. O representante do  
121 Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (Dmae), Luiz Humberto de Freitas  
122 Souza, coloca que a apresentação de forma macro causa insegurança para aprovação.  
123 Leal esclarece que como memória de cálculo, não constando no orçamento, não há  
124 problemas em trazer para conhecimento da plenária os valores detalhados do orçamento  
125 2018, e esclarece também que referente aos rendimentos existe um decreto dentro do  
126 IGAM que é normatizado, que ainda não se pronunciou juridicamente, e que a ANA tem um  
127 parecer jurídico que possibilita a utilização dos recursos provindos dos rendimentos. Aponta  
128 também que no Contrato de Gestão trata-se do assunto na Cláusula Quarta, Parágrafo  
129 Quinto. Mota (Igam), sugere que seja mostrada a planilha de cálculos mesmo que não se  
130 incluída no processo e ressalta que em contato com a gerência técnica do Igam foi  
131 informado que se o conteúdo da planilha de cálculo está expresso no Contrato de Gestão  
132 não há necessidade de parecer jurídico.

133 O presidente do CBH Araguari, mediante as questões levantadas em plenária como  
134 encaminhamento solicita à ABHA um detalhamento dos valores para serem votados na  
135 próxima plenária, assim coloca em votação e o encaminhamento é aprovado por  
136 unanimidade. O Presidente pede licença a plenária para que a pauta seja pausada em  
137 decorrência da assinatura do convênio entre a ABHA e a Fundação de Apoio à  
138 Universidade (FAU), que prevê a contratação dos extensionistas que auxiliarão das  
139 análises de outorgas presentes da Superintendência Regional de Meio Ambiente do  
140 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. (Supram TMAP), ação financiada pelos recursos da  
141 cobrança pelo uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari. Alves  
142 agradece a presença dos representantes da FAU e coloca que o CBH Araguari é pioneiro  
143 nesta iniciativa. No **item 08**, Leal informa as ações desenvolvidas pela a ABHA dentro do  
144 CBH Araguari, expõe que a secretaria tem trabalhado junto ao Igam; salienta sobre o  
145 Processo Eleitoral e ressalta que houve bastante inscritos e que isso mostra a relevância



146 do Comitê; completa com as ações desenvolvidas pela área técnica da ABHA: suporte à  
147 CTPlan nas ações do Termo Compromisso Positivo (TCP) que estão sendo desenvolvidas,  
148 edital de saneamento que está aguardando uma negociação com a Companhia de  
149 Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e explica que a ABHA pactuou com o Ministério  
150 Público que até 2021 as obras estarão concluídas, também há uma minuta do Plano  
151 Plurianual (PPA) de 2019 a 2022 que deverá ser encaminhada como proposta para a  
152 CTPlan. No **item 09**, O representante da 4 Ambiental de Santa Juliana, Marcos Magno,  
153 coloca que no projeto de Saneamento Básico, Santa Juliana foi contemplada e salienta que  
154 receberam um ofício do Promotor de Justiça, Dr. Carlos Valera, para que seja encaminhado  
155 todas as documentações que as prefeituras possuem sobre suas redes de esgotos e que  
156 essa solicitação foi atendida, informa que o 4 Ambiental entrou em contato com a ABHA e  
157 foi informado que estão aguardando uma parceria com a Copasa, Marcos ressalta que  
158 Santa Juliana necessitou de algumas informações sobre o Plano de Gestão de Saneamento  
159 e solicitou a Copasa mas, infelizmente, não foram atendidos. Magno reforça para que o  
160 Comitê não espere a Copasa com fornecimento de dados para que o projeto de  
161 Saneamento não seja atrasado. O representante da Copasa, Geraldo Magela, solicita a 4  
162 Ambiental o protocolo da solicitação feita junta Companhia. O secretário do CBH Araguari,  
163 Luiz Humberto (Dmae) relatou sobre a participação na reunião conjunta entre Fiemg e a  
164 ANA, ocorrida no dia 06.06.2018, em Belo Horizonte – MG, como objetivo de exposição da  
165 ANA em liberação de financiamento reembolsável com recurso provindo da cobrança, esse  
166 assunto será levado pela ANA, a todos os segmentos para serem debatidos e colhidos as  
167 opiniões. Ivone (CODAU), convida a todos para participar do Festival de Inverno, nos dias  
168 31.06 a 01.07.2018 em Peirópolis, ressalta que o evento está sendo promovido pelo  
169 Programa Sócio Ambiental da Codau. O Vice-Presidente, Bruno Gonçalves, agradece a  
170 presença de todos e encerra a Assembleia. Encerro esta ata, Isabel Evaristo, constando  
171 que a Lista de Presença anexa é parte integrante deste documento.

